

USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER (PRAÇAS) DE JOINVILLE/SC.

Arq. Renata Franceschet Goettems, MSc.¹
Arq. Ayrton Portilho Bueno, Dr. (orientador)²

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda PósARQ. E-mail: arqrenatagoettems@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto PósARQ. E-mail: ayrtonbueno@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo avaliar a distribuição dos espaços livres públicos de lazer e recreação da cidade de Joinville/SC, bem como compreender a apropriação social e a tipologia de usos desses espaços. Para isso, buscou-se apoio em métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. A fim de localizar as praças inseridas na malha urbana da cidade de estudo, fez-se um levantamento quantitativo das praças existentes, localizando-as no mapa da cidade e observando seus raios de influência. A metodologia qualitativa será utilizada na pesquisa de campo através de observações da forma como as praças nas áreas centrais são utilizadas, como as pessoas se apropriam dos espaços, qual seu tempo de permanência e para que se deslocam até eles, o bairro centro será o foco pois é onde existe maior concentração de praças, apesar de não possuir a maior concentração populacional.

Palavras chaves: Espaços públicos, apropriação, uso.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the distribution of public open space in the city of Joinville / SC, as well as understanding the social ownership and the type of uses of these spaces. For this, it sought to support quantitative and qualitative research methods. In order to locate the squares inserted into the urban area of the city of study, there was a quantitative survey of the squares, locating them on the map of the city and observing its rays of influence. The qualitative methodology will be used in field research through observations of how the squares in the central areas are used, how people appropriate the space, which your length of stay and moving to them, the downtown neighborhood will be the focus, it is where there is greater concentration of squares, despite not having the largest population concentration.

Key words: Public space, appropriation, use

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do Brasil ocorreu de forma rápida e desordenada, incentivada pelo processo de industrialização do país (1950), culminando, anos depois, no êxodo da população rural para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. Este processo intenso e significativo, gerou uma organização substancialmente urbana da sociedade brasileira, com crescimento demográfico e construtivo. Espaços rurais cedem lugar às expansões da cidade e, gradativamente, vão adquirindo perfil citadino (KOHLSDORF, 1996; GOMES e SOARES, 2004). Fato evidenciado pelos números do Censo 2010, o qual demonstra que mais de 80% da população brasileira vive nos centros urbanos.

Nesse cenário, de rápida, intensa e desordenada urbanização, onde as formas de se relacionar com o meio e as demandas sociais foram alteradas surgem preocupações relacionadas com a questão ambiental urbana e as características dessa nova cidade. A qualificação das cidades está diretamente relacionada com a qualidade dos espaços livres públicos de lazer e recreação (ELPLeR), esses elementos são fundamentais e estratégicos para a construção e garantia de vida à sociedade urbanizada. Para Chiesura (2004) e Oliveira e Mascaró (2007) as pequenas áreas verdes inseridas na malha urbana (tais como praças e parques urbanos) além de promoverem uma melhora no ar, uma proteção dos ruídos urbanos e a manutenção dos microclimas locais, também contribuem para a estabilidade social e psicológica dos usuários desses locais, o que os autores consideram crucial para a habitabilidade do ambiente urbano atual.

Pesquisas recentes também indicam que indivíduos que utilizam praças e parques urbanos com frequência tornam-se pessoas mais saudáveis física e psicologicamente, pois tais ambientes ajudam na redução do estresse e no desenvolvimento de uma sensação de tranquilidade (CHIESURA, 2004). Entendendo a importância de oferecer áreas verdes inseridas na malha urbana à população, há países que mencionam em suas políticas de planejamento urbano e de saúde os benefícios dos espaços livres públicos de lazer e recreação, como é o caso da Dinamarca, citado por Schipperijn, Ekholm et al. (2010). Os autores enfatizam a importância da implantação crescente dessas áreas na malha urbana como forma de garantir benefícios a saúde e o bem estar da população.

Entende-se, então, que os espaços livres públicos desempenham papel relevante em termos funcionais, ambientais, sociais, culturais e psicológicos (ERA, 2012; CUNHA, 2003). Para Oliveira e Mascaró (2007), Grave et al. (2011), Era (2012) e Gehl (2013) esses espaços públicos são palcos para a realização da prática cotidiana e da interação de vários grupos sociais de diferentes características econômicas, sociais e etárias. Sobretudo, onde circulam pessoas, onde são realizados eventos religiosos e cívicos, bem como a passagem de informação irrestrita, atributos que lhes dão identidade inerente.

Os ELPLeR também podem trazer benefícios sociais, tais como o encorajamento do uso desses locais em diversos horários do dia e da noite, o que proporciona mais interação entre pessoas do mesmo bairro, cidade ou ainda de cidades vizinhas (CHIESURA, 2004 e GEHL, 2013), bem como cria áreas “vivas” dentro da cidade. Chiesura (2004) cita ainda que a criação e manutenção de valores estéticos, históricos e recreacionais relacionados às praças e parques urbanos aumentam a atratividade da cidade e a promovem como destino turístico, o que gera emprego e renda para os habitantes locais, além de constituírem a memória e identidade da população e da cidade.

Assim, os ELPLeR são elementos morfológicos de fundamental importância na construção da cidade, também responsáveis por manter o equilíbrio, a integração e a relação entre os diferentes espaços e seus usuários (KOHLSDORF, 1996). Parte-se do entendimento que os espaços públicos de lazer são necessários a socialização, ao desenvolvimento pessoal e social e a diversidade da cidade. Com base nesses pressupostos, o presente artigo tem o objetivo de avaliar os ELPLeR de praças da cidade de Joinville/SC em sua área central no que diz respeito ao uso e apropriação desses locais, bem como a relação das pessoas com o ambiente de praça.

Como hipótese, tem-se que os ELPLeR da cidade de Joinville/SC não apresentam distribuição equilibrada, com concentração de pequenas áreas na zona central da cidade e pouca apropriação social, tornando-se mais áreas de passagem que locais de permanência, fato que pode estar relacionado com a cultura local ou ainda com a base econômica da cidade. Para comprovar e/ou refutar esta hipótese foi necessário buscar apoio em métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. A fim de comprovar a existência de poucas praças inseridas na malha urbana da cidade de estudo e sua concentração na área central, buscou-se fazer um levantamento quantitativo das praças existentes, localizando-as no mapa da cidade e observando seus raios de abrangência a fim de estabelecer locais com necessidades de mais espaços públicos de lazer e locais

onde esses espaços são considerados suficientes. Dando continuidade da investigação aplicar-se-á um questionário com a finalidade de obter respostas sobre como os cidadãos utilizam os espaços de lazer, qual a frequência de utilização e quais os motivos que os levam ou não a tais locais. A metodologia qualitativa será utilizada na pesquisa de campo através de observações da forma como as praças nas áreas centrais são utilizadas, como as pessoas se apropriam dos espaços, qual seu tempo de permanência e para que se deslocam até eles, o bairro centro será o foco pois é onde existe maior concentração de praças, apesar de não possuir a maior concentração populacional.

A pesquisa, inconclusa, já apresenta resultados como o mapeamento dos ELPLeR, onde são identificados os principais espaços públicos da cidade e seus raios de abrangência, destacando-se os traços físicos, os usos e os modos de apropriação social desses locais. Será apresentado, neste artigo, um estudo de caso de uma das praças do bairro centro, identificando as formas de apropriação, os fluxos e os locais de permanências dos usuários, assim como o tipo de frequentador do local. A partir deste levantamento, pretende-se apresentar algumas considerações no que tange a relação que os moradores e frequentadores têm com os locais pesquisados, buscando conclusões que possam contribuir para a elaboração de uma futura matriz de atributos que tenham por finalidade a (re)qualificação dos ambientes estudados e que contribuam para maior integração desses locais a malha urbana, proporcionando aos usuários maior relação espaço/corpo.

2 ESPAÇOS LIVRES: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS

Na formação das cidades, desde seus primórdios (na Mesopotâmia), os espaços entre as edificações surgem em função das necessidades de circulação e outras funções relacionadas com a vida em aglomeração, ou seja, surgem para suprir serviços domésticos que não cabiam nas casas, para trocas comerciais, para celebrações, para arguições ou mesmo para decisões relacionadas a vida cidadina, muitas vezes sem a pretensão de possuir um desenho formal, como bem destaca Caldeira (2007:3): “Na Antiguidade, as cidades se formavam a partir de seus espaços de convivência. Pertencer à cidade, ser cidadão, era habitar os lugares de reunião, era compartilhar o culto, participar das assembleias, assistir às festas, acompanhar procissões, vivenciar os espaços, participando da vida pública”.

Neste período, surgem os primeiros espaços com intensão formal/social, sendo reservados espaços para jardins e praças (espaços livres) e não mais “sobras” entre as edificações. Tanto os jardins quanto as primeiras praças possuem funções sociais, seja de lazer e contemplação, seja para reuniões da população (ROBBA e MACEDO, 2010). Na Grécia Antiga, percebe-se que a Ágora já possuía um desenho com intenção formal, que, segundo Mumford (1998), pode ser chamada de praça de mercado, porém sua função mais antiga e persistente foi a de ponto de encontro comunal, poderia ser desde um alargamento em uma rua principal até uma área aberta, configurando uma praça, rodeada por edificação.

Em Roma, o papel da praça era desempenhado pelo Fórum. Este era o núcleo da cidade romana, também já possuía um desenho com intenção formal e era o local do mercado, das reuniões, do encontro e o centro da vida pública e normalmente situava-se no encontro de duas vias principais, sendo o centro livre uma característica marcante (MUMFORD, 1998).

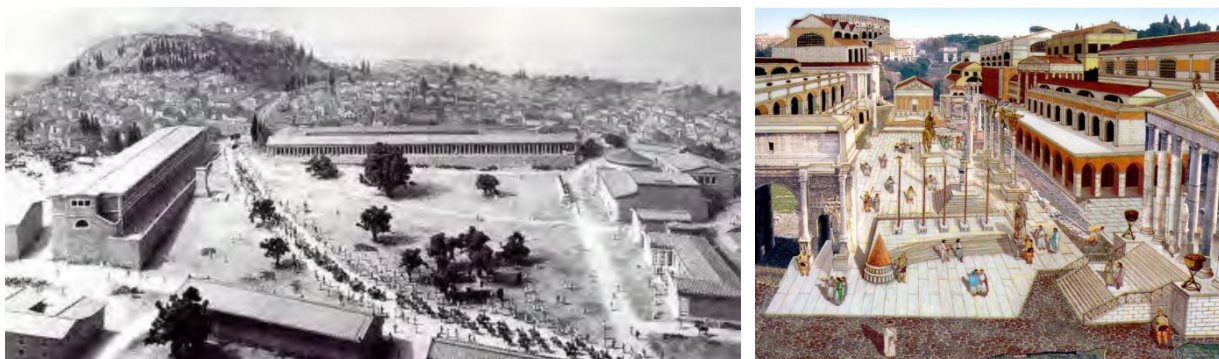


Figura 1: Reconstituição da Ágora de Atenas (esquerda) e Reconstituição do Fórum Romano (direita).

Fonte: Caldeira, 2007.

Não muito diferente da ágora grega ou do fórum romano quanto ao uso, as praças medievais diferenciavam-se dessas por serem, muitas vezes, resultado da composição das edificações que as rodeavam, tornando-se locais secundário em relação às construções, ou seja, não possuíam uma intensão formal explícita. Suas formas eram irregulares devido ao crescimento orgânico das cidades, podendo variar entre formas

triangulares, ovais, quadradas e formas irregulares com muitas pontas e nelas erguia-se o mercado coberto, o que proporcionava a realização de feiras regulares. O local também era utilizado de forma recreativa por parte das crianças e jovens, já que na época as casas eram escuras e pouco arejadas, sendo a rua / praça o local mais apropriado para o lazer. Apesar de algumas diferenças físicas e morfológicas, seu uso permanecia semelhante ao da ágora grega, com espaço para mercado, para encontro, para troca e também para punições de criminosos ou hereges (SENNETT, 1990; MUMFORD, 1998; ALMEIDA, 2001). Era neste espaço que se demonstravam o poder das leis (CALDEIRA, 2007).



Figura 2: Praça de mercado nas cidades medievais – Piazza de la Signoria, Florença, Itália.
Fonte: Caldeira, 2007.

Já no período renascentista, as praças surgem em um contexto de cidade ideal e passam a ter uma nova característica, a de marcar visualmente os espaços de catedrais e palácios.

Nesse momento, tal local passa a ganhar um tratamento diferenciado, deixando de ser um mero espaço de encontro ou trocas sociais/mercantis e passa também a ser um local de contemplação, pois ganha ornamentos, jardins, estátuas e esculturas (ALMEIDA, 2001; VIEZZER, 2014).



Figura 3: Exemplo de Praça do Período Renascentista – Piazza Del Campidoglio, Roma, Itália.
Fonte: www.giorgiodicesare.wordpress.com, 2014.

No barroco, as cidades passam por uma reordenação, a criação de grandes avenidas, a inserção de bairros ordenados/ortogonais bem como a remodelação das praças. Essas são caracterizadas por sua monumentalidade, riqueza de ornamentação e valorização da vida pública (VIEZZER, 2014). Segundo Caldeira (2007) e Viezzer (2014), a praça barroca difere da praça renascentista principalmente pelo fato de retirar as atividades econômicas do local, preenchendo os vazios com árvores e bancos, dando ao espaço um caráter mais contemplativo. Essas passam a constituir duas importantes tipologias, as praças reais e as residenciais. A primeira tipologia, a praça real, é projetada de forma a exaltar o poder monárquico, reforçando a unidade do reino e geralmente eram caracterizadas por sua planta ortogonal, com estátuas e ornamentos

ligados ao estado. Já as praças residenciais eram conformadas por um grupo de residências, normalmente de pessoas de mesma classe social ou ofício, originalmente construídas por famílias de aristocratas ou mercadores, sendo transformados, no século XVIII, em jardins ou parques comuns (MUMFORD, 1998 e ALMEIDA 2001).



Figura 4: Exemplo de Praça do Período Barroco - Praça/Parque Crescent de Nash, Londres – Vista aérea e ao nível do pedestre.
Fonte: www.amazonproperty.com, 2015.

Até tal momento da história, a praça é tida como um espaço social por excelência, ainda que possa se diferenciar pela hierarquização social promovida pela ascensão da burguesia. É um local de encontros, de tomadas de decisões de interesse da comunidade, de execuções, de espetáculos, comércio, festas, atos religiosos, enfim, da vida cidadina (ANGELIS e NETO, 2000).

É no século XVIII que a praça e a rua perdem força como símbolos de espaços públicos. A ascensão da burguesia mercantil e intelectual reestrutura a vida na cidade. Teatros, bares e cafés tornam-se alternativas a vida cidadina, e deslocam o comércio e as atividades coletivas para áreas fechadas ou à ambientes restritos (CALDEIRA, 2007), ou seja, deslocam essas atividades para a “segurança do edifício frente a complexidade da rua” (SENNETT, 1990, p. 51).

Já na América, nos primórdios da colonização espanhola, as praças são o ponto de partida para a organização e construção das primeiras cidades. É a partir da implantação delas que os colonizadores definiam os eixo Norte-Sul e Leste-Oeste de ocupação do sítio, e orientavam o traçado das ruas. Em contrapartida, a colonização portuguesa inicial caracterizou-se pela despreocupação em criar áreas de povoação estáveis, a grande maioria de suas cidades mudou de sítio algumas vezes, ao longo do período colonial. A colonização que iniciou no litoral, só se interiorizou com a descoberta do ouro, porém as cidades interioranas mantinham-se integradas a paisagem, em um crescimento orgânico e muitas vezes desordenado (ALMEIDA, 2001). Somente anos mais tarde, que nessas cidadelas, as praças surgem como largos em frente as igrejas e a partir de então tomam forma e tornam-se centros de trocas de mercadorias e de encontro dos cidadãos, mas ainda resultado da organização das edificações e caracterizando-se por serem espaços secundários a elas (ROBBA e MACEDO, 2010).

A partir do século XIX, é possível perceber uma mudança estrutural na escala da cidade (tanto nos padrões europeus, quanto americanos). Ela cresce de forma rápida, acelerada e passa a exigir intervenções abrangentes e não mais restrita a pontos focais. Desenvolve-se então a cidade com grandes eixos, bulevares e avenidas, substituindo o modelo tradicional de rua por um sistema de fluxo contínuo. Com isso, a praça passa a possuir um papel de elemento compositivo do sistema viário – passando a ser um local de passagem, de entroncamento (CALDEIRA, 2007). Ainda segundo Caldeira (2007:33) “Essa nova escala da metrópole moderna anuncia um novo fenômeno para os espaços públicos: o esvaziamento e a perda de características tradicionais. Esse processo consolida-se no séc. XX, sobretudo a partir da implantação de planos viários e complexos sistemas de circulação urbana”.

Nesse período os deslocamentos assumem outras formas, podendo ir do tradicional nível do solo, ao subterrâneo e aéreo. Neste contexto, ruas e praças assumem diferentes papéis: a primeira torna-se local de circulação e deslocamento, já a segunda transforma-se em um amplo espaço vazio, sem vida, conseqüentemente pouco atrativo ao morador da cidade.

Tal esvaziamento do espaço público, tornando-o local de passagem, com grande fluxo de veículos e pessoas que não se sentem atraída pela conformação dos locais públicos onde habitam levam a grande utilização de

espaços fechados e ditos mais seguros e tranquilos. O ideal moderno de organização urbana traz uma nova forma de ver e perceber a arquitetura.

A cidade que emerge dessas transformações é, em tese, inteiramente pública. O discurso igualitário sustenta, portanto, que as convenções arquitetônicas irão, por si mesmas, produzir uma ordem política comunitária. Todos os edifícios e todas as áreas livres existem para representar o bem público (ALMEIDA, 2001:30).

No entanto, apesar da ordenação e limpeza das cidades modernas, estudos demonstram que elas parecem social e espiritualmente mortas. A falta de diversidade e a divisão funcional das cidades, retira das ruas o caráter de lugar de encontro, de passeio, de compras, e altera a forma de apropriação do espaço (ALMEIDA, 2001).



Figura 5: Exemplo de Praça do Período Moderno – Freedom Plaza, Washington, USA.

Fonte: Caldeira, 2007.

Caldeira (2007), evidencia que o papel da praça parecia estar condenado a uma escala monumental, desempenhando apenas a função de grande vazio urbano. Porém, segundo a autora, é no final do século XX, início do século XXI que uma mudança nas políticas públicas de intervenção urbana chama a atenção para a retomada do espaço público quanto local de socialização, de encontros, trocas, reivindicações políticas e sociais. Ressurge, então, o espaço da praça enquanto protagonista dentre os espaços coletivos, principalmente nas ações de resgate da qualidade urbana, realizadas através de intervenções em áreas centrais, locais históricos ou mesmo reabilitando espaços de pequenas praças. Ainda segundo a autora (2007:35): “para uma real valorização dos espaços públicos, as estratégias deveriam fundamentar-se na ‘recuperação da dimensão simbólica’ a partir da identificação dos ‘espaços urbanos de referência cidadina’. O objetivo principal seria ‘fazer dos lugares de conexão ou nós, um lugar simbólico, um hito cívico’, atribuindo ‘características de ponto focal, ou seja: monumentalidade, multifuncionalidade, intercâmbio, lugar de encontro e de expressão”.

No Brasil, o curso da história não foi muito diferente. Segundo Almeida (2001), nas décadas de 1920 e 1930 primava-se pela construção de um Estado Novo e pela produção de uma cultura nacional. Para tal, grupos de vanguarda buscavam referências na Europa, especialmente no racionalismo de Le Corbusier. Foi através dos ensinamentos dele que Lucio Costa e Oscar Niemeyer traçaram o plano piloto de Brasília (inaugurada em 1960) que “traz marcas de um racionalismo disciplinador e segregador” (ALMEIDA, 2001:31). Segundo a autora, a intenção da cidade igualitária foi, na prática, subvertida e resultou na segregação e exclusão social.

É a partir dos anos 40, nas grandes metrópoles, que os espaços públicos vão sofrendo grande desvalorização, ficando cercados por um sistema viário de grandes fluxos e sendo abandonados pela população de maior poder aquisitivo que passa a buscar espaços privados para estabelecer suas relações sociais.

Somente na década de 60 que as ideias de planificação global da cidade e as teorias pós-modernas vêm se contrapor ao modernismo. Surge, então, a preocupação com o resgate à cidade, sendo que as novas propostas de intervenção urbana são, em sua maioria, pontuais e procuram requalificar o espaço respeitando seu contexto, sua inserção urbana, sua morfologia e tipologia arquitetônica, além de tentar preservar os valores locais (ALMEIDA, 2001).

Todavia, é necessário entender que a cidade não pode ser uma “colcha de retalhos”, desconectada, fragmentada e desigual. É preciso buscar alternativas à lógica pós-moderna de intervenção urbana, onde o arquiteto e urbanista, em sua ânsia de se adequar à nova ordem econômica e social, passa a atender demandas de grupos diversos e propõe soluções pontuais e locais.

Diante disso, Almeida (2001) expõe que, desde o surgimento das teorias pós-modernas, um consenso está sendo estabelecido para enfrentar os problemas urbanos que nos foram deixados, tal como: estratégias de formulação de planos de desenvolvimento econômico, social e urbano baseado em uma ampla participação cívica; descentralização de governos locais e implantação de projetos urbanos de iniciativa público/privado. Na contemporaneidade, devemos entender o espaço urbano (no atual enfoque tendo o espaço enquanto praça) como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objeto e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Assim, segundo Yokoo e Chies (2009), as praças são entendidas como elos entre os diversos espaços criados na organização e planejamento da estrutura urbana.

No entanto, o advento de formas alternativas de lazer e os novos locais de comércio (tais como os shopping centers), somados ao descaso do poder público, no que diz respeito a manutenção dos espaços livres públicos, faz com que as praças se tornem apenas mais um fragmento na malha urbana (ANGELIS e NETO, 2000).

Em adição a isso, Thompson (2002) expõe que muitas das praças e parques foram projetados para uma maioria fazer uso do espaço, tornando-se espaços não democráticos a partir do momento que deixa de ser projetado para todos. O que a autora percebe é que nos dias atuais é necessário criar espaços que permitam a expressão da diversidade, seja ela cultural, étnica, etária ou sexual, onde, “diferentes culturas possam expressar suas particularidades/individualidades”.

Segundo a autora, existe uma ‘tensão’ entre a determinação de restringir o que chama de ‘comportamentos inadequados’ e os desejos dos usuários por oportunidades mais variadas de lazer. O que ela afirma é que esse conflito poderia ser melhor resolvido com definições de horários ao invés de restrição de uso. Por exemplo, restringir o uso de bicicleta em uma praça ou parque aos horários de maior deslocamento casa-trabalho-casa, para que nos demais períodos, por exemplo, crianças possam correr e brincar sem o risco de serem “atropeladas” por uma bicicleta.

Diferentes grupos sociais e culturais possuem diferentes percepções daquilo que é aceitável ou seguro, por isso, alguns conflitos podem ser resolvidos com a programação do tempo ao invés da programação do espaço, todavia, é claro que somente um processo de planejamento participativo poderá resolver o tema (THOMPSON, 2002, p. 60)

Também entende-se necessária a adequação e/ou remodelação dos espaços livres públicos e isso traz implicações para os espaços que foram projetados, originalmente, para um determinado grupo de pessoas com uma cultura singular, uma forma de pensar e de entender o espaço urbano diferentes da atual e dá origem a questionamentos sobre: como fazer essa reestruturação, como utilizar um programa de necessidades, pensado para uma época e uma sociedade, adaptando-o para as necessidades das pessoas do século XXI (THOMPSON, 2002).

A partir dessas indagações, buscou-se apoio em método quanti-qualitativo que auxiliasse na coleta de informações sobre os espaços públicos estudados, bem como que permitisse compreender a dinâmica de utilização, apropriação e de distribuição desses espaços na malha urbana da cidade.

3 CONCEITOS E MÉTODOS

Partindo-se do fato que a presente pesquisa pretende compreender os processos dinâmicos que ocorrem nos espaços públicos urbanos e tem um caráter multidisciplinar, procurou-se elencar estratégias que ajudassem a compreender a interação usuário x ambiente, bem como que auxiliassem na identificação dos espaços públicos de lazer da cidade de Joinville/SC. Optou-se, então, pelo uso de estudo de caso, empregando a este uma abordagem quanti-qualitativa que objetiva a interpretação e a compreensão dos dados coletados em campo. Através desta abordagem acredita-se ser possível considerar o ambiente construído (espaço público urbano) como fonte direta para a aquisição de informações (SILVA; MENEZES, 2005).

Entende-se necessário, também, a elaboração de etapas processuais que considerem os levantamentos realizados tanto de referencial teórico quanto os levantamentos dos dados da região com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa. Assim, com apoio de cadastros do IPPUJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville), foram mapeadas as praças e parques do município utilizando-se da ferramenta SIG para elaborar os mapas de localização desses espaços com a finalidade de identificar seus raios de abrangência, sua localização quanto a densidade dos bairros e a renda média dos mesmos.

Também se optou por utilizar o método qualitativo de observação do local, pois ele permite compreender como os indivíduos se apropriam e utilizam os espaços livres públicos. Assim, é possível verificar o comportamento ambiental dos indivíduos no lugar. Essa forma de compreender o espaço tem apoio na teoria de comportamento ambiental na qual se baseiam Hall, Gifford, Malard, Elali dentro outros autores que estudam a percepção do espaço.

4 ESTUDO DE CASO – DISCUSSÕES E RESULTADOS

Joinville está localizada na região nordeste do estado de Santa Catarina (Brasil). Atualmente, possui uma população estimada pelo IBGE (2010) de 562.151 habitantes, sendo considerada a cidade mais populosa do estado de Santa Catarina. Possui área territorial de 1.126,106 Km², densidade demográfica de 457,58 hab./km² e IDH de 0,809 (IBGE, 2010).

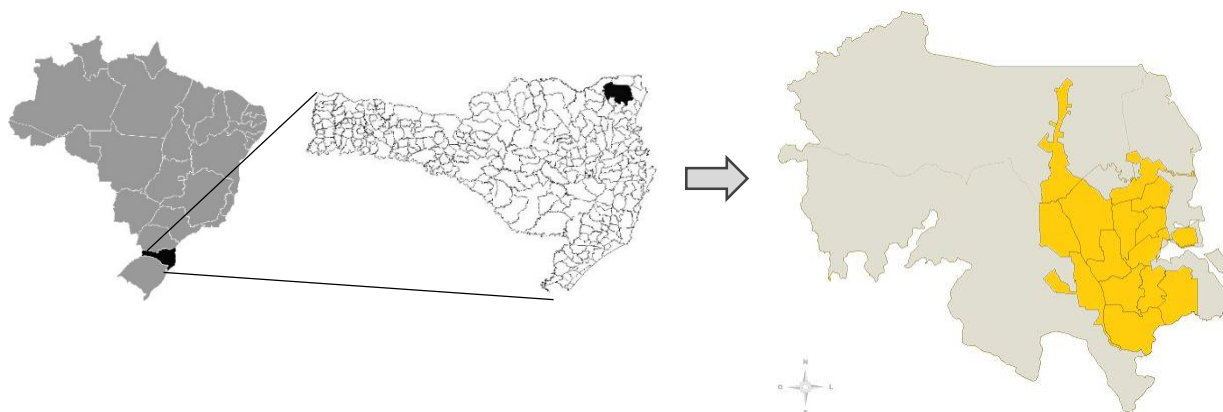


Figura 6: Mapa do Brasil com destaque para o estado de Santa Catarina (esquerda); Mapa de Santa Catarina com destaque para o município de Joinville (central) e Mapa de Joinville com destaque para a área urbana (esquerda)
Fonte: Google imagens, adaptado pela autora, 2015.

Segundo Lopes (2011) e Martins (2013) existem indícios da ocupação do território que data de aproximadamente 6.000 anos. São vestígios (sambaquis) de antigas populações — sociedade de pescadores, caçadores, coletores —, grupos sedentários ou nômades, que ocupavam a região. A presença dos sambaquianos se deu na planície costeira, nas regiões mais secas, junto aos manguezais, em áreas banhadas pela Lagoa do Saguçu, Baía da Babitonga e rios, cujas ocupações existiam também nos municípios vizinhos limítrofes de São Francisco do Sul, Itapoá, Barra do Sul e Araquari.

O território também foi ocupado, no início do século XIX, por aldeias indígenas, caboclos e mamelucos acompanhados dos luso-brasileiros. E, somente na segunda metade do século XIX, o território foi ocupado por imigrantes teutos devido a interesses econômicos planejados (MARTINS, 2013).

Segundo Silva (2004), a região foi colonizada por imigrantes europeus, principalmente alemães, a partir de 1851, através da Sociedade Colonizadora estabelecida em 1849 em Hamburgo, que encaminhou para Joinville e arredores, no período de 1850 a 1888, 17.408 colonos.

Ainda segundo a autora, as terras foram oferecidas para colonização por François Ferdinand Phillippe Louis Marie d'Orléans, Príncipe de Joinville. Tratavam-se de terras que faziam parte do dote de casamento com a

princesa Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I. A Colônia foi chamada de Dona Francisca, em homenagem à princesa e, posteriormente, o núcleo da colônia foi denominado Joinville.

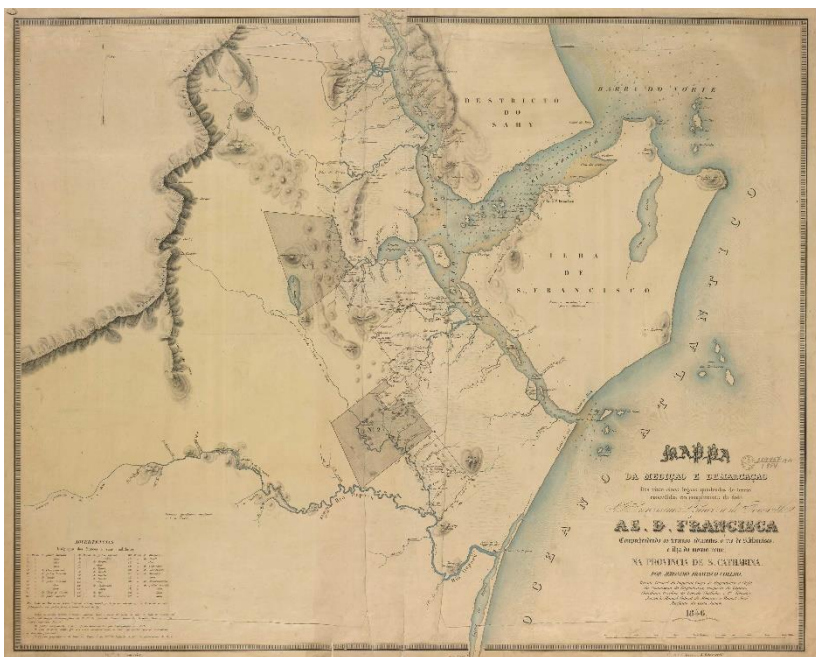


Figura 7: Mapa de Demarcação do Dote Dona Francisca (1846)

Fonte: Arquivo Histórico Nacional – obtido no site do IPPUJ, 2016.

Em 09 de março de 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, suíços e noruegueses, vindos com a barca Colon, até o Porto de São Francisco do Sul, a Colônia Dona Francisca é fundada (SILVA, 2004; IBGE 2010 e Prefeitura Municipal 2010).

No decorrer dos anos, a Colônia se desenvolve, tendo sua economia baseada no comércio, mais tarde na indústria de erva mate e posteriormente na indústria metalomecânica, que até os dias atuais faz parte da economia local. A “Manchester” catarinense tem seu momento áureo entre as décadas de 1930 e 1960 com o avanço da indústria metalomecânica e torna-se um atrativo para pessoas de outras regiões do estado e do país.

O crescimento acelerado da cidade provoca sua dispersão e conseqüente desorganização da malha urbana, que, sem um plano diretor (o primeiro plano diretor de Joinville data de 1973), cresce linearmente no sentido Norte-Sul sem a preocupação de inserir nessa malha espaços livres públicos de lazer. Como pode ser observado nas imagens a seguir.

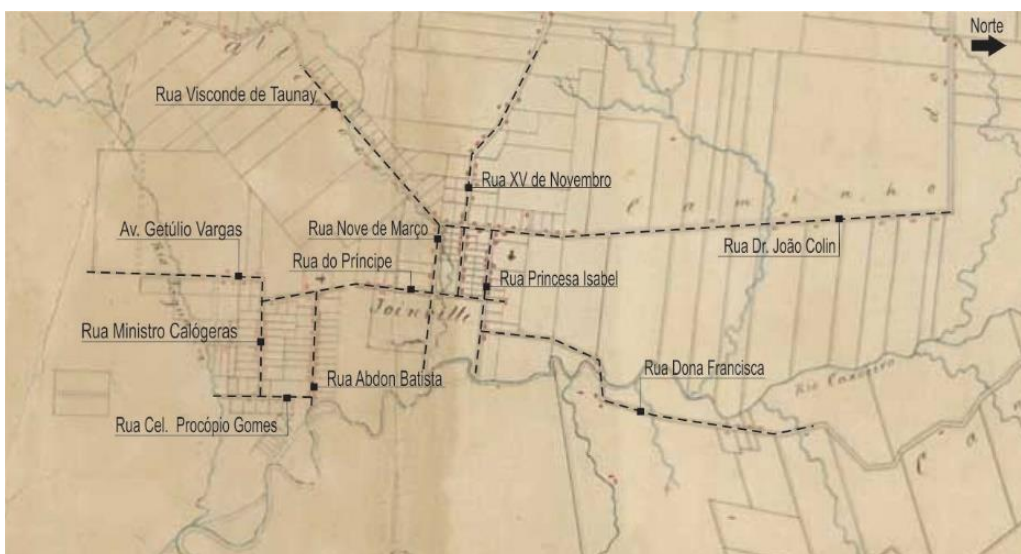


Figura 8: Recorte do mapa cidade de Joinville em 1860 com sobreposição do traçado viário atual do centro da cidade.

Fonte: Biblioteca Nacional, site do IPPUJ, 2016, modificado pela autora.

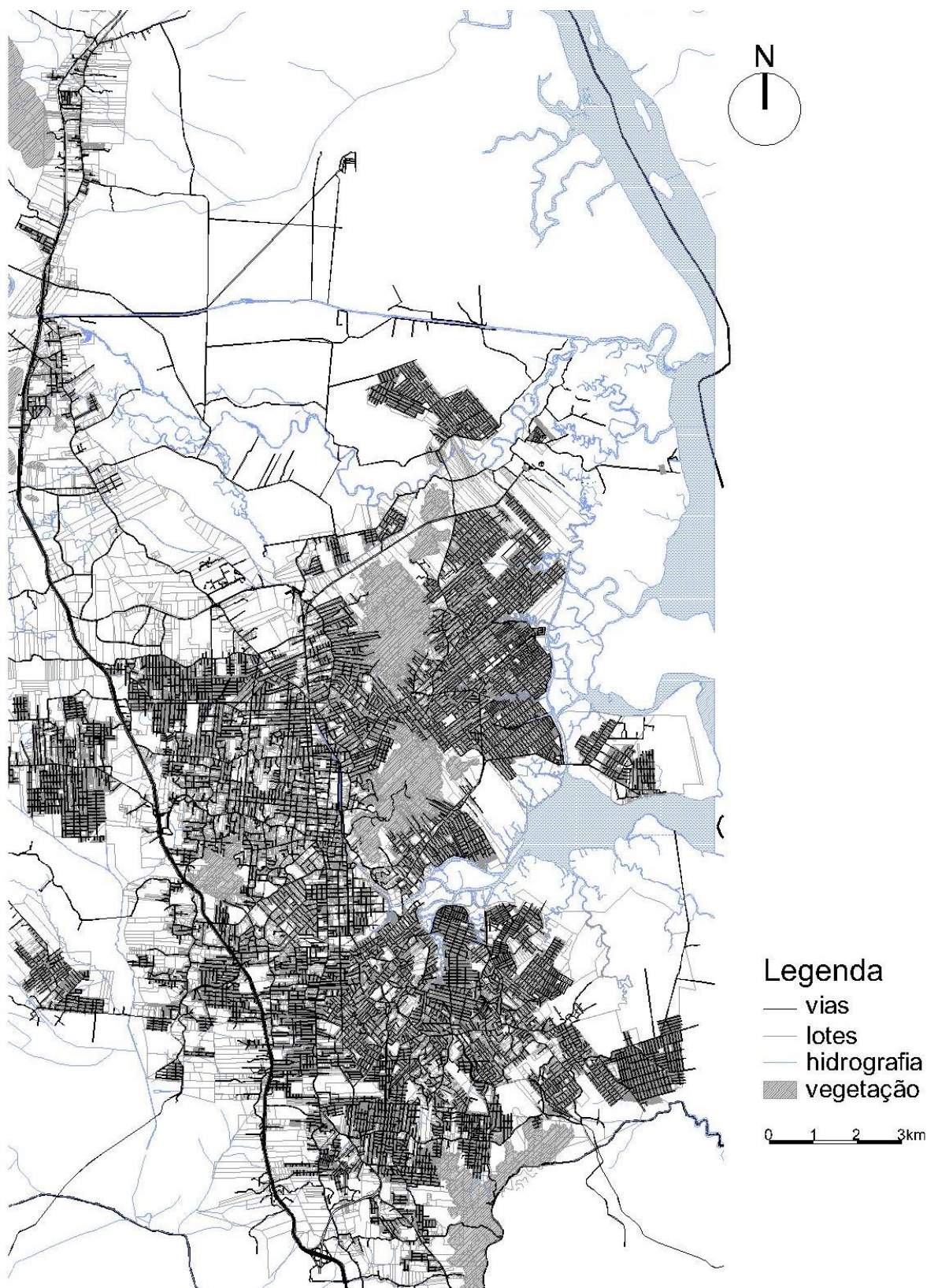
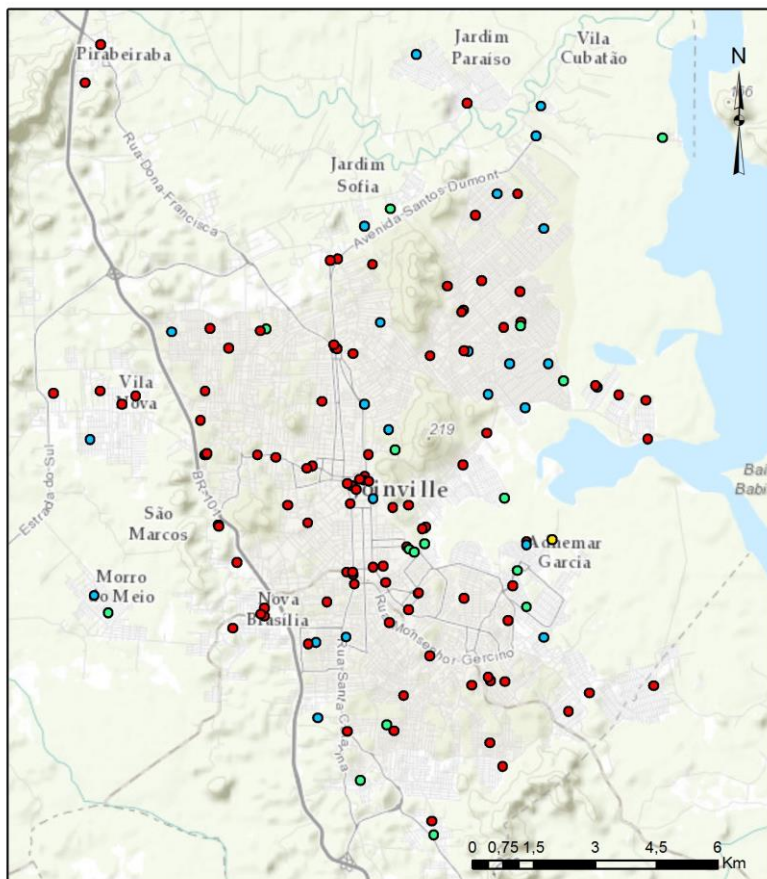


Figura 9: Mapa da área urbana de Joinville em 2015.
 Fonte: IPPUJ, 2015, adaptado pela autora, 2016.

O mapa a seguir, demonstra a inserção dos espaços públicos de lazer na malha urbana da cidade de Joinville. Observa-se que existe uma concentração de ELPLeR na região central da cidade, mais precisamente no bairro centro, e que nas demais áreas há uma dispersão desses locais.



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

LOCALIZAÇÃO DOS ELPLeR DE PRAÇA NA ÁREA URBANA DE JOINVILLE/SC

Legenda

- Área das praças - m²
- 0,00 - 5000,00
 - 5000,01 - 10000,00
 - 10000,01 - 50000,00
 - 50000,01 - 100000,00
 - 100000,01 - 250000,00



Área urbana de Joinville - bairros

Elaboração: Renata F. Goettens, 2016

Figura 10: Mapa de Localização das praças na área urbana de Joinville/SC

Fonte: IPPUJ, 2015, adaptado pela autora, 2016.

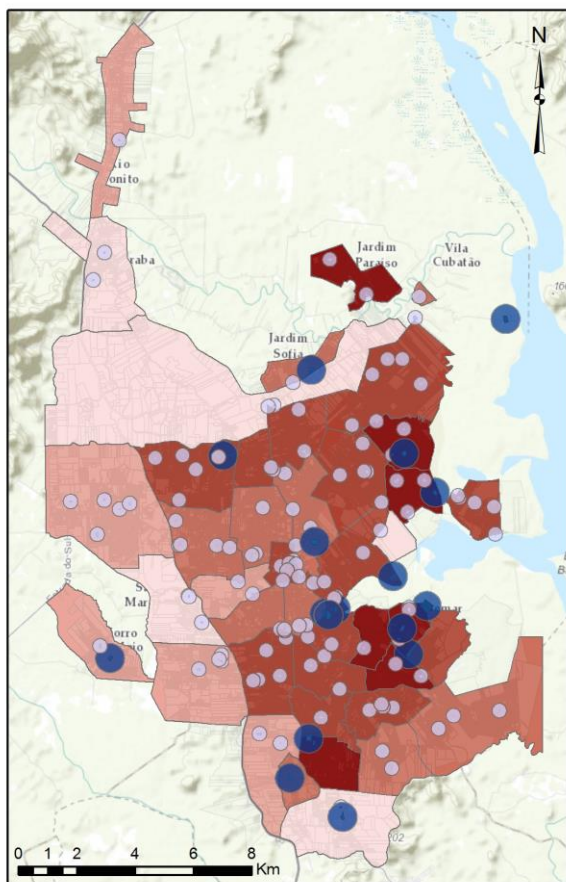
Para compreender quais áreas e quantas pessoas estão sendo atendidas por esses espaços livre públicos, buscou-se gerar um mapa com os raios de abrangência dessas áreas juntamente com o mapa de densidade populacional de cada bairro. Para isso, buscou-se apoio no relatório “Joinville Bairro a Bairro” (2015) que forneceu valiosas informações sobre a densidade populacional dos bairros e em estudos que relacionassem a áreas dos espaços livres com seus raios de influência. Acredita-se também ser necessário identificar a quantidade de espaço público considerada ideal para cada habitante, ou seja, quantos metros quadrados de espaço livre por habitante são satisfatórios ao uso e apropriação desses.

No que diz respeito aos raios de abrangência, percebeu-se que estudos recentes (entre os anos de 2002-2012) demonstram um grande descompasso entre os autores. Alguns autores, como Era (2012), Cunha (2003) e Berke *et al.* (2006, *apud* Saboya, 2007) são mais rigorosos na definição dos raios de influência, sugerindo raios menores que 400m para áreas com até 10.000m². Já Fontes e Shimbo (2003) admitem um raio de até 1km para a mesma área. Toda via, tais autores levam em consideração apenas a área total dos espaços públicos, sem considerar seus mobiliários ou possíveis equipamentos públicos que possam atrair mais pessoas aos locais. Considerando as fontes pesquisadas, optou-se por admitir os raios de atendimento propostos por Era (2012) já que dentre os autores estudados, ele é o que propõe raios mais restritivos considerando apenas a área dos espaços públicos de lazer. Assim, baseou-se na seguinte tabela para compreender quais as áreas são influenciadas pelos espaços livres apresentados anteriormente.

Tipo de ELPLeR	Área (em ha)	Raio de influência (em m)
Parque de vizinhança	Até 0,5	250
Parque de bairro	0,5 a 1	500
Parque de distrito	1 a 5	1000
Parque de cidade	5 a 10	2000
Parque metropolitano	> 10	5000

Tabela 1: Raios de influência dos ELPLeR

Fonte: Era, 2012, tabelado pela autora, 2016.



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

RELAÇÃO DE DENSIDADE DEMOGRÁFICA COM RAIOS DE INFLUÊNCIA DOS ELPLER DA ÁREA URBANA DE JOINVILLE/SC

Legenda

Lotes Urbanos

Raio_Era

250

500

Bairros

Densidade Demográfica - hab./km²

32 - 1000

1001 - 2000

2001 - 3000

3001 - 5000

5001 - 8000

Praças e Parques Públicos de Joinville (IPPUJ, 2015)

Área - em m²

0,00 - 5000,00

5000,01 - 10000,00

10000,01 - 50000,00

50000,01 - 100000,00

100000,01 - 250000,00



Renata F. Goettens, 2016

Figura 11: Mapa da área urbana de Joinville com densidade populacional, raios de abrangência e localização das praças e parques identificados pelo IPPUJ.

Fonte: IPPUJ, 2015, adaptado pela autora, 2016.

A elaboração do mapa acima demonstra que grande parte da cidade de Joinville não possui influência das áreas de praças existentes no município. Através dele também se pode notar que as áreas com maior número de praças e consequentemente, mais sobreposição dos raios de abrangência, são as áreas centrais, mais especificamente o bairro centro. Nota-se que as áreas com maior densidade demográfica possuem poucas áreas de praça, sendo os bairros com média densidade mais contemplados por esses espaços. Grande parte das áreas pouco adensadas não possuem qualquer espaço livre público, fato evidenciado pelos bairros da zona industrial (região norte do município).

Outro ponto a ser destacado é o fato das áreas de espaços livres públicos não excederem 1ha (ou 10.000m²), o que evidencia a existências apenas de praças de vizinhança e praças de bairro, não possuindo espaços com alcance municipal ou regional.

Na busca por um referencial que possuísse algum índice que relacionasse os espaços públicos de lazer com o número de habitantes deparou-se com uma grande variação dos valores aceitos e tidos como ideias. Cunha (2003) informa que o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) admite como ideal um índice de 4,5m² de espaço livre público para cada habitante. Também é largamente difundido entre profissionais que trabalham ou estudam o meio urbanos a atribuição do valor de 12m² de área verde/habitante definidos, em teoria, pela ONU. Porém, não foram encontrados materiais que comprovassem tal índice, como é evidenciado por Duarte e Ziantonio Filho (2010). A Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), citada por Harder; Ribeiro e Tavares (2006), considera como ideal o índice de 15m² de áreas verde por habitante. A grande discrepância entre os valores adotados indica que são necessários mais estudos na área.

Apesar da indefinição da quantidade de áreas verdes por habitante considerada ideal para uma cidade, optou-se por elaborar a tabela a seguir que aponta apenas 3, dos 43 bairros existentes na cidade de Joinville, com índices superiores a 4,5m² de espaço livre público por habitante. Evidenciando assim um déficit de áreas

públicas de lazer e recreação para a população joinvillense, considerando o valor atribuído pelo IPUF. Já se forem considerados os índices definidos pela SBAU, esse déficit torna-se ainda maior.

Bairro	Área do bairro (m²)	Área total dos ELPLER de praça (m²)	% de ELPLER de praça no bairro	Densidade demográfica do bairro (hab./km²)	População em 2014	Quantidade de ELPLER por habitante (m²/hab.)
ADHEMAR GARCIA	1.958.630,406	20742,39	1,06%	5.095	9.986,00	2,08
AMÉRICA	4.539.425,766	3333,82	0,07%	2.670	12.124,00	0,27
ANITA GARIBALDI	3.043.902,985	6487,74	0,21%	2.888	8.779,00	0,74
ATIRADORES	2.806.681,031	1512,58	0,05%	1.916	5.383,00	0,28
AVENTUREIRO	9.435.073,217	25961,53	0,28%	3.980	37.574,00	0,69
BOA VISTA	5.363.852,426	36748,31	0,69%	3.341	17.908,00	2,05
BOEHMERWALD	3.137.399,392	21420,34	0,68%	5.561	17.462,00	1,23
BOM RETIRO	3.905.595,482	11225,6	0,29%	3.241	12.674,00	0,89
BUCAREIN	2.040.076,960	15599,21	0,76%	2.863	5.841,00	2,67
CENTRO	1.313.956,242	46969,55	3,57%	4.076	5.339,00	8,80
COMASA	2.717.169,175	29457,03	1,08%	7.756	21.096,00	1,40
COSTA E SILVA	6.581.294,328	34820,38	0,53%	4.486	29.518,00	1,18
DONA FRANCISCA	1.098.902,039	0	0,00%	568	568,00	0,00
ESPINHEIROS	2.738.792,972	15382,39	0,56%	3.275	8.974,00	1,71
FÁTIMA	2.215.060,842	2133,84	0,10%	6.803	15.101,00	0,14
FLORESTA	4.993.435,855	20267,86	0,41%	3.880	19.359,00	1,05
GLÓRIA	5.373.089,732	4249,02	0,08%	2.070	11.115,00	0,38
GUANABARA	2.552.204,227	45739,5	1,79%	4.791	12.218,00	3,74
IRIRIÚ	6.222.047,944	9404,52	0,15%	3.866	24.048,00	0,39
ITAUM	3.177.918,214	3946,33	0,12%	4.835	15.376,00	0,26
ITINGA	7.736.541,028	12991,66	0,17%	900	6.847,00	1,90
JARDIM IRIRIÚ	3.300.163,257	18325,1	0,56%	7.422	24.493,00	0,75
JARDIM PARAISO	3.220.703,572	8585,17	0,27%	5.613	18.072,00	0,48
JARDIM SOFIA	2.134.901,249	25097,88	1,18%	2.123	4.543,00	5,52
JARIVATUBA	2.085.097,499	5420,67	0,26%	6.343	13.257,00	0,41
JOÃO COSTA	3.410.211,936	8925,63	0,26%	3.964	13.518,00	0,66
MORRO DO MEIO	5.427.916,327	17900,74	0,33%	1.947	10.574,00	1,69
NOVA BRASÍLIA	7.854.337,726	6950,62	0,09%	1.756	13.787,00	0,50
PARANAGUAMIRIM	11.617.352,122	4183,64	0,04%	2.593	29.844,00	0,14
PARQUE GUARANI	4.441.086,269	7495,61	0,17%	2.601	11.444,00	0,65
PETROPOLIS	3.043.925,742	5109,33	0,17%	4.733	14.389,00	0,36
PIRABEIRABA	6.086.818,840	3228,3	0,05%	733	4.466,00	0,72
PROFIPO	1.660.129,412	12622,65	0,76%	2.866	4.757,00	2,65
RIO BONITO	5.714.567,479	2018,42	0,04%	1.171	6.712,00	0,30
SAGUAÇU	4.886.099,100	16135,26	0,33%	2.880	14.086,00	1,15
SANTA CATARINA	5.419.521,633	470,47	0,01%	1.203	6.519,00	0,07
SANTO ANTÔNIO	2.199.346,900	3387,11	0,15%	3.207	7.056,00	0,48
SAO MARCOS	5.711.534,738	4213,44	0,07%	499	2.851,00	1,48
ULYSSES GUIMARÃES	3.229.874,251	10304,9	0,32%	3.121	10.079,00	1,02
VILA CUBATÃO	360.642,809	6039,27	1,67%	2.969	1.069,00	5,65
VILA NOVA	14.178.654,827	16930,4	0,12%	1.670	23.687,00	0,71
ZONA INDUSTRIAL NORTE	30.071.539,140	0	0,00%	110	3.295,00	0,00
ZONA INDUSTRIAL TUPY	1.472.671,764	0	0,00%	32	48,00	0,00

Tabela 2: Relação das áreas de bairro, com as áreas de praça de cada bairro, densidade populacional por bairro e quantidade de ELPLER por habitante em cada bairro.

Fonte: IPPUJ, 2015, tabelado pela autora, 2016.

Buscou-se também identificar qual é a relação estabelecida entre a renda média da população nos bairros e a quantidade de espaços públicos existentes nesses locais. O mapa que representa a espacialização dessas duas variáveis teve como referencial o relatório Joinville bairro a bairro de 2015 disponibilizado no site do IPPUJ. E evidencia que existe uma concentração de áreas livres públicas de lazer nos bairros onde a população possui uma renda mensal mais alta. Porém não deixa de existir nos bairros onde a população possui a menor renda média mensal.

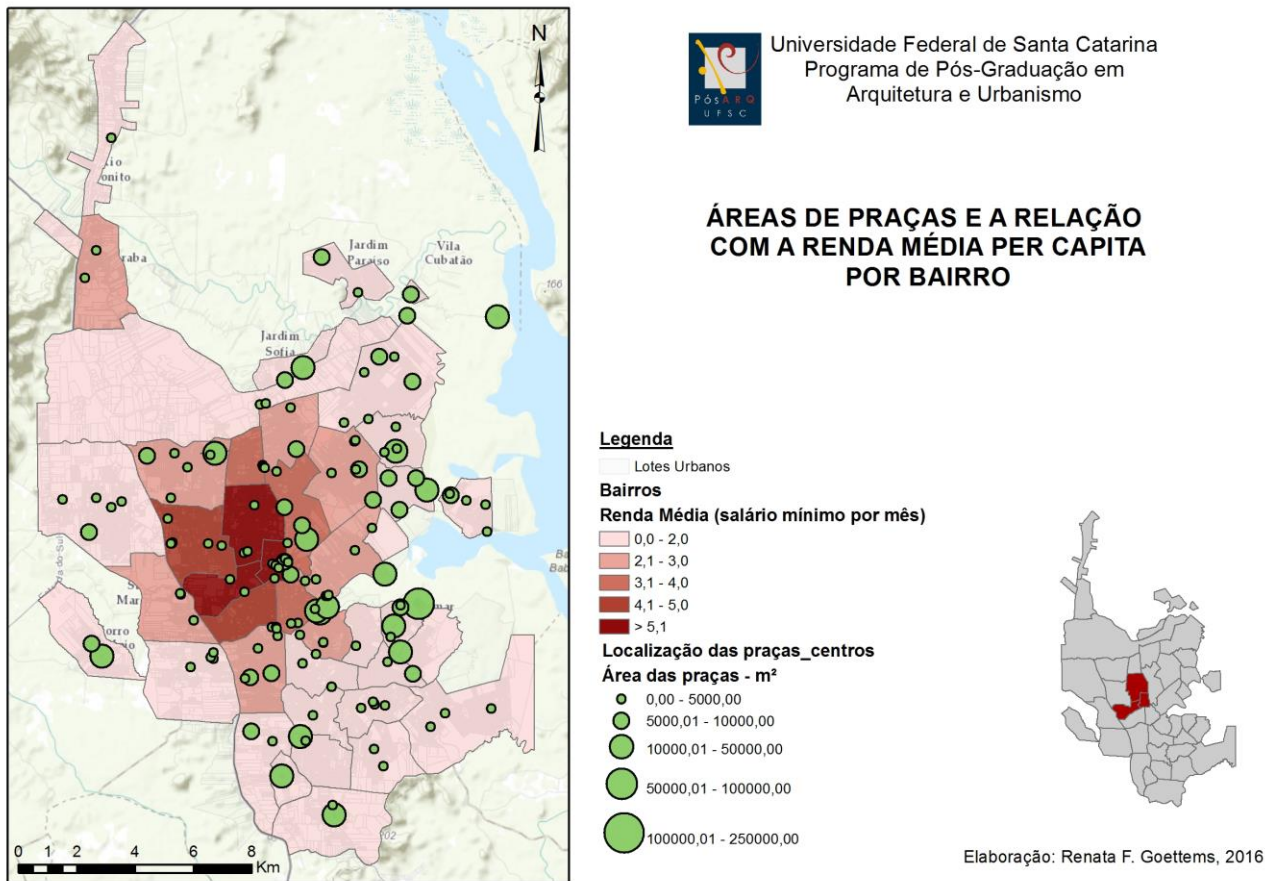
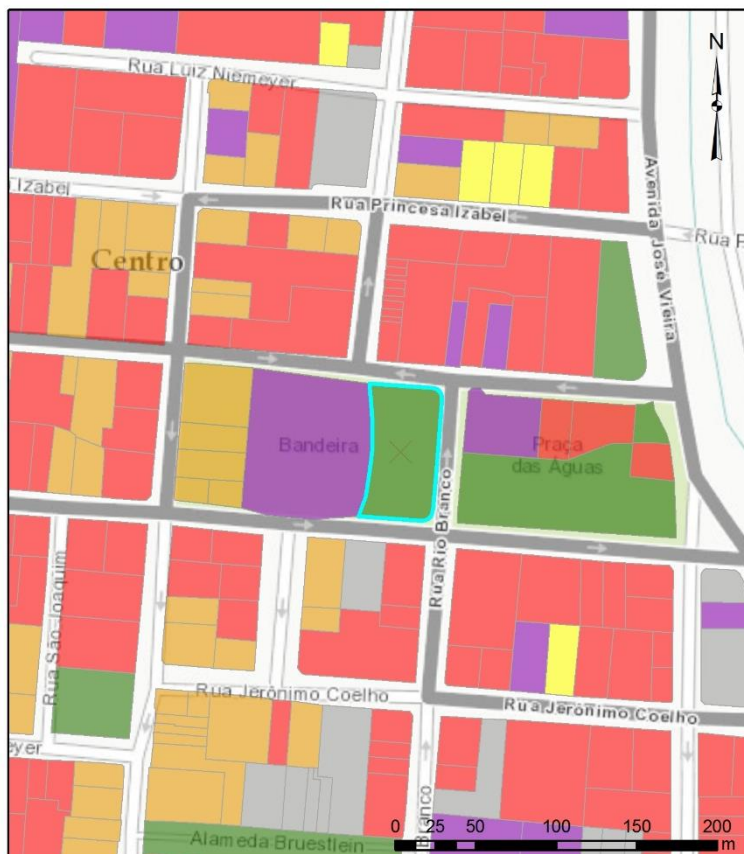


Figura 12: Mapa relacionando das áreas de praça com a renda média mensal por bairro 2015.
Fonte: IPPUJ, 2015, adaptado pela autora, 2016.

Tendo em vista que o local com maior influência das áreas de praça, com maior renda média mensal e com maior índice de área livre pública por habitante (8,8m²/hab.) é a região central, optou-se por analisá-la e buscou-se identificar como os munícipes estão utilizando e se apropriando dos espaços livres públicos. Elencou-se, dentro dos espaços livres da área central, a Praça da Bandeira como local de estudo, visto que esta, em tese, poderia ser mais utilizada já que está junto ao terminal de ônibus urbano central da cidade, como mostra a planta baixa a seguir.



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA DA BANDEIRA E ENTORNO IMEDIATO

Legenda

Lotes Urbanos

Uso do solo

- comercial
- industrial
- institucional
- lazer privado
- misto
- praça
- residencial
- uso não identificado



Elaboração: Renata F. Goettens, 2016

Figura 13: Localização da Praça da Bandeira e entorno imediato.

Fonte: IPPUJ, 2015, adaptado pela autora, 2016.

O entorno imediato da praça da bandeira é composto primordialmente por edificações comerciais de baixa altura (em média 3 pavimentos) sendo o pavimento térreo predominantemente de área de comércio (lojas de roupas, calçados e eletrodomésticos) e os demais andares centros médicos, consultórios odontológicos, escritórios de advocacia e contabilidade. As áreas institucionais estão ligadas a administração pública, como no caso do ginásio poliesportivo Abel Schulz (leste da praça), de administração privada como no caso da igreja Universal (norte da praça), ou semi-pública como no caso do terminal de ônibus urbano (oeste da praça). As residências estão localizadas na área superior das lojas, não ultrapassando dois andares e, em sua totalidade, são edifícios multifamiliares.

A coleta de dados, fotografias e as observações ocorreram ao longo do mês de janeiro de 2016 em períodos vespertinos e de entardecer. No decorrer desse tempo, o espaço foi observado de forma a compreender qual seu uso primordial, quem mais utiliza esse local, quais os fluxos predominantes e com as pessoas utilizam o mobiliário existente.

Percebeu-se que a Praça da Bandeira tem um uso primordialmente de passagem, com fluxo intenso de pessoas nos horários de pico – começo da tarde e início da noite (casa – trabalho – casa). Fazendo-se o levantamento do local, evidencia-se que o uso primordialmente de passagem pode estar associado ao pouco mobiliário dispensado para a área, assim como a pouca arborização e iluminação do espaço.

Na praça, foram encontrados 8 bancos, em bom estado de conservação e 4 bicicletários, igualmente bem conservados. O espaço está limitado pelas vias de acesso veicular em três (norte, leste e sul) de suas 4 faces e pelo terminal rodoviário central (ônibus urbano) em sua face oeste, sendo que neste o terminal se “fecha” para a praça, possuindo uma cerca de grandes grades e mureta de proteção, apenas catracas permitem o acesso do terminal para a praça e vice-versa.

O usuário predominante deste espaço é jovem-adulto, sendo que poucas crianças e idosos são encontrados circulando ou permanecendo na praça. O número de homens e mulheres circulando no local é muito próximo, porém muito mais homens permanecem no espaço e utilizam-se dos bancos para descansar, utilizar o celular, observar o movimento dos transeuntes ou mesmo dormir. Observou-se que existem muitos mendigos,

drogados e bêbados apropriando-se das áreas de descanso, fato que pode desestimular o uso do local e caracterizá-lo como local de passagem, já que a sociedade considera tais indivíduos perigosos.

Através da diagramação das observações em mapas de comportamento, identificou-se um fluxo constante direcionado das ruas do entorno para a área do terminal e vice-versa. Percebeu-se também a aglomeração de pessoas em frente aos acessos do terminal de ônibus, muitas vezes para comprar bilhetes do transporte coletivo, e algumas outras para localizar a direção de seu caminho, sendo que esta última ocorreu duas vezes ao longo dos dias observados. O fluxo de pessoas é intensificado no início da tarde e no final do dia, quando os usuários se deslocam do terminal para o trabalho e do trabalho para o terminal.

Observando os indivíduos que permanecem no local, verificou-se que esses procuram abrigar-se do sol, principalmente no verão, ocupando grande parte dos bancos que estão sob as árvores de sombra (como pode ser visto nos mapas abaixo), porém não permanecem por muito tempo, sendo que a média de estadia é de 35 minutos. Observou-se que os usuários utilizam as muretas que separam a praça do terminal como bancos, em horários de maior movimento, como demonstrado do mapa do entardecer.

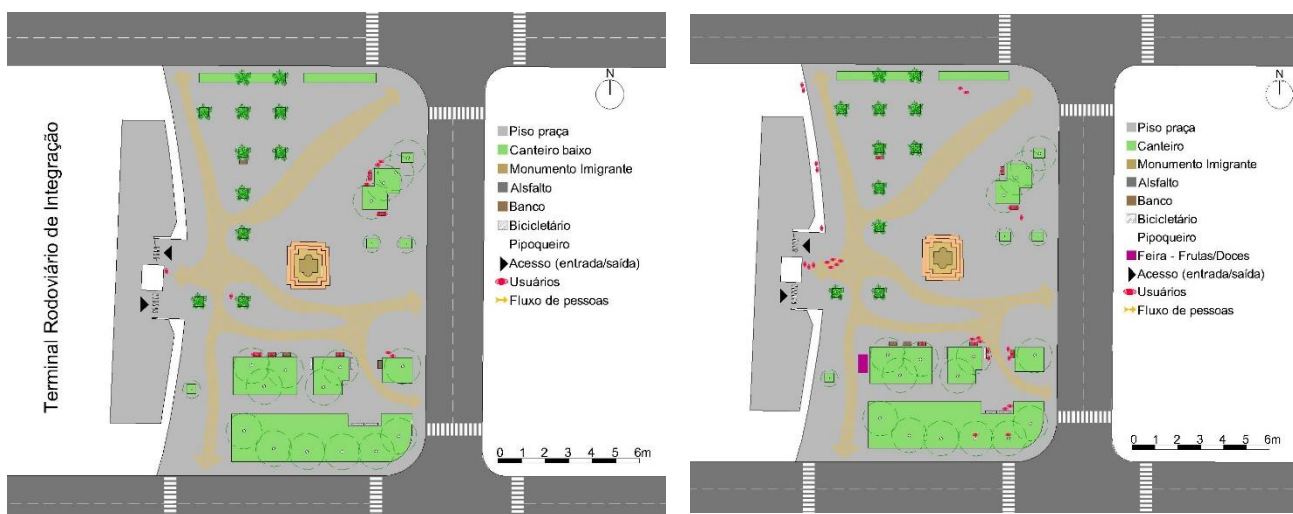


Figura 15: Mapa comportamental da Praça da Bandeira, tarde de verão (esquerda) e entardecer de verão (direita).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 16: Mosaico de fotos das pessoas utilizando o espaço durante o período da tarde (jan. 2016).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 17: Mosaico de fotos das pessoas utilizando o espaço durante o período do entardecer (jan. 2016).
Fonte: Autora, 2016.

5 CONSIDERAÇÕES

A espacialização dos dados obtidos no relatório Joinville Bairro a Bairro de 2015 juntamente com o cruzamento das informações coletadas no IPPUJ forneceram subsídios para o enriquecimento e análise da hipótese desse artigo.

A espacialização dos elementos de praças no mapa da cidade de Joinville comprova a concentração dessas áreas na região central do município. A criação dos raios de influência desses locais, baseados em dados do referencial teórico e em seu tamanho apontam grandes vazios que necessitam de espaços livres públicos. Essas informações, somadas a discussão relacionada a quantidade de área livre que cada indivíduo necessita demonstra a existência de poucos ELPLER na cidade. Soma-se a isso, o fato dos espaços livres estarem concentrados em bairros onde a população possui uma renda média mensal maior que do restante da cidade, ou seja, possui mais acesso a outras formas de lazer, como cinemas e recreativas de clubes. Fatores que evidenciam a má distribuição dos espaços na cidade de Joinville.

E, finalmente, esses fatores podem estar relacionados ao pouco uso que a população faz do espaço da Praça da Bandeira. Porém, essa análise não pode ser generalizada pois requer que os demais espaços da área central sejam observados e analisados enquanto ao seu uso, apropriação e qualidade dos equipamentos e mobiliários urbanos disponibilizados.

Como a presente pesquisa encontra-se em andamento, entende-se que esses resultados sejam parciais e que possam sofrer algumas modificações no decorrer do estudo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R. D. C. (2001). *Paisagem urbana e espaço público: um estudo de duas praças de Belo Horizonte*. Dissertação - Mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Belo Horizonte.

ANGELIS, B. L. D. D.; NETO, G. D. A. (2000) Os elementos de desenho das praças de Maringá - PR. *Acta Scientiarum*. p.1445-1454.

CALDEIRA, J. M. (2007). *A praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade*. Tese de Doutorado e mHistória - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas. [S.I.].

CHIESURA, A. (2004). The role of urban parks for the sustainable city. *Landscape and Urban Planning*, v. 68, p. 129-138, Agosto.

CUNHA, R. D. A. (2003). Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação do solo: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis. III ENECS - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. São Carlos - SP: [s.n.].

DUARTE, D. A. B. G.; ZIANTONIO FILHO, V. L. (2010). Índice de área verde por habitante para o município de Timburi - SP. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, ENG.

ERA, R. T. (2012). Improving Pedestrian Accessibility to Public Space Through Space Syntax Analysis. 8º International Space Syntax Symposium, Santiago - PUC.

FONTES, N; SHIMBO, I. (2003). Análise de indicadores para gestão e planejamento de espaços livres públicos de lazer: município de Jaboticabal. X Encontro Nacional da Anpur.

GEHL, J. (2013). *Cidades para Pessoas*. tradução Anita Di Marco 2. ed. São Paulo: Perspectiva.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. (2004). Reflexões sobre Qualidade Ambiental Urbana. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, Julho-Dezembro. p 21-30.

GRAVE, L. et al. (2011). Carta Municipal do Espaço Público: Caracterização da rede dos espaços exteriores de vivência colectiva. *Camara Municipal de Odivelas*. Odivelas, p. 1-49.

HARDER, I. C. F.; RIBEIRO, R. C. S. y TAVARES, A. R. (2006). Índice de área verde e cobertura vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP. SIF - Sociedade de Investigações Florestais, Viçosa, Minas Gerais. Vol. 3, nr. 2, p.277-282.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo. 2010.

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável ed Joinville - IPPUJ. (2015). Joinville Bairro a Bairro. Joinville, p. 105.

KOHLSDORF, M. E. (1996). A Apreensão da Forma da Cidade. ISSN ISBN 85-230-0388-6.

LOPES, A. R. C. (2011). *Memória urbana: diálogo do patrimônio cultural no bairro Centro de Joinville*. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville UNIVILLE. Joinville, p. 207.

MARTINS, R. B. (2013). *Dos processos migratórios e ciclos econômicos à preservação da paisagem urbana: multiculturalidade no município de Joinville-SC*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina. [S.l.], p. 445.

MUMFORD, L. (1998). *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, L. A. D.; MASCARÓ, J. J. (2007). Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. *Ambiente Construído*. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. ISSN ISSN 1678-8621.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. (2010). *Praças Brasileiras*. São Paulo: EDUSP.

SANTOS, M. (2006). *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. 4ª. ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo.

SCHIPPERIJ, J. et al. (2010). Factors influencing the use of green space: Results from a Danish national representative survey. *Landscape and Urban Planning*, v. 95, p. 130-137.

SENNETT, R. (1990). *La conciencia del ojo*. Barcelona: Duplex.

SILVA, J. G. D. (2004). *Tempo de lembrar, tempo de esquecer: As vibrações do centenário e o período de nacionalização_ histórias e memórias sobre a cidade de Joinville/SC*. Florianópolis: Tese de doutorado.

SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4ª. ed. Florianópolis: UFSC.

HOMPSON, C. W. (2002). Urban open space in the 21st century. *Landscaps and Urban Planning* 60. p 59 - 72.

VIEZZER, J. (2014). *As linhas projetuais paisagísticas e a percepção dos usuários das praças de Curitiba - PR*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 123.

YOKOO, S. C.; CHIES, C. (2009). O papel das praças públicas: estudo de caso da praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. IV EPCT - Encontro de Produção Científica e TEcnológica, Campo Mourão - PR, 20 - 23 Outubro.

FONTES ELETRÔNICAS

<http://www.urbanidades.arq.br>, 2007. Acesso em Dez. de 2015. BERKE, et. al., 2006 *apud* SABOYA, R. Espaços Públicos.